



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570220 - SP (2020/0078683-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : PEDRO UMBERTO FURLAN JUNIOR
ADVOGADO : PEDRO UMBERTO FURLAN JUNIOR - SP226234
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CAIO RAMOS CALHEIROS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **CAIO RAMOS CALHEIROS** em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente, preso preventivamente, foi condenado pelo Juízo de primeiro grau, ocasião em que restou mantida a segregação cautelar.

Neste *writ*, o impetrante sustenta, em síntese, que: **a)** "o paciente sempre teve a vida voltada a ocupação lícitas", além de "ser primário" e de ter sido condenado por delito em que não houve "violência e grave ameaça" (e-STJ, fls. 4 e 6); **b)** "é precária e desumana a situação carcerária do sistema prisional brasileiro" e se observa "a iminente situação de contágio mundial – PANDEMIA, dada pela infecção pelo vírus COVID-19" (e-STJ, fl. 4).

Pleiteia a substituição da custódia preventiva por prisão domiciliar.

É o relatório.

In casu, o *habeas corpus* não merece ser conhecido, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância, uma vez que o impetrante insurge-se contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de origem, contra a qual deveria ter sido interposto agravo regimental para provocar manifestação do Colegiado.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA E TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. MATÉRIAS NÃO APRESENTADAS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA CONFIGURADA. INVIABILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA. RECURSO DESPROVIDO.

I - 'Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte' (RHC n. 81.284/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 30/8/2017).

II - Inviável o conhecimento por esta Corte de Justiça de matéria não analisada pelo eg. Tribunal de origem, no caso, o declínio de competência determinado por Desembargador Relator e o pedido de trancamento de inquérito policial, pois configurada a supressão de instância. Precedentes.

III - O Superior Tribunal de Justiça adotou o entendimento no sentido de que a decisão interlocutória sobre competência pode desafiar a interposição de agravo de instrumento, corroborando o entendimento de boa parte da doutrina (REsp n. 1.679.909/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 1/2/2018). Precedentes.

IV - Nos termos do art. 159, IV, do RISTJ, não haverá sustentação oral no julgamento de agravo.

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 491.793/MA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/2/2019, DJe 1º/3/2019).

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. *WRIT* IMPETRADO EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA INDEFERITÓRIA DE PEDIDO LIMINAR. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REINCIDÊNCIA. CONDENAÇÃO NÃO DEFINITIVA. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO COLEGIADO DO TRIBUNAL *A QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar, originariamente, habeas corpus impetrado contra decisão monocrática indeferitória de liminar proferida por Desembargador-Relator de revisão criminal, ajuizada na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância, a teor do art. 105, inciso I, alíneas a e c, da Constituição Federal (AgRg no HC 271.656/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 25/09/2013).

2. Não viola o princípio da colegialidade a decisão monocrática do relator calcada em jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista a possibilidade de submissão do julgado ao exame do órgão colegiado, mediante a interposição de agravo regimental.

3. Não há nos autos qualquer informação de que o pleito referente à inidoneidade da condenação prévia, para fins de reincidência, tenha sido apreciado por órgão colegiado da Corte a quo, de modo que descabida é a análise inaugural da questão por este Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 498.212/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 7/5/2019, DJe 15/5/2019).

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. DECISÃO DO RELATOR SEM ESGOTAMENTO DA JURISDIÇÃO. TERATOLOGIA NÃO CONFIGURADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme na compreensão de que não tem cabimento habeas corpus para desafiar decisão monocrática de desembargador relator, sob pena de indevida supressão de instância em razão do não exaurimento da jurisdição do Tribunal a quo.

2. 'É vedada a oitiva de corréu na condição de testemunha ou informante, salvo no caso de corréu colaborador ou delator' (RHC n. 76.951/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 16/3/2017).

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 473.653/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 6/12/2018, DJe 19/12/2018).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator